



A PESSOA HUMANA: UM ESTUDO SOBRE PRISÕES E LIBERDADE

EDSON PEIXOTO ANDRADE

EDILAMARA PEIXOTO DE ANDRADE

EIXO: 12. PSICOLOGIA, APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO: ASPECTOS PSICOPEDAGÓGICOS E PSICOSSOCIAIS

RESUMO

Visando refletir a respeito das relações de poder que são construídas no escopo social, o presente artigo objetiva analisar a teoria de Michel Foucault sobre a construção do poder e a vigilância aplicada à sociedade, postula sobre princípios teóricos que se contrapõem a tais ideias e discorre sobre novas matizes de interpretação das mesmas, demonstrando como a Psicologia, e basicamente os Instrumentos de Avaliação Psicológica se inserem nesse contexto. A discussão se dá em torno do tema da liberdade, analisando como Foucault, ao postular sobre o panoptismo social entende tais relações e demonstrando a utilidade de se construir sistemas de manutenção da ordem social sem, contudo, gerar situações de desconforto e aprisionamento para os sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade; Liberdade; Vigilância; Instrumentos de Avaliação Psicológica.

ABSTRACT

Aiming to reflect on the power relations that are built in the social scope, this article aims to analyze the Michel Foucault's theory of the construction of power and surveillance applied to society, postulates on theoretical principles opposed to such ideas and discusses new shades of interpretation of them, demonstrating how psychology, and basically the psychological assessment instruments falls within that context. The discussion revolves around the theme of freedom, analyzing how Foucault, by postulating about the social panoptism understand these relationships and demonstrating the usefulness of building maintenance systems of social order without, however, cause discomfort situations and imprisonment for subjects.

KEYWORDS : Society ; freedom; surveillance; Psychological Assessment Instruments .

1 INTRODUÇÃO

Estudada por vários filósofos desde tempos imemoriais, o tema da liberdade ainda aguça a discussão a respeito do homem, sua capacidade de produzir a partir do próprio pensamento e as sanções que lhe são impostas ao longo de sua existência. Nesse contexto, a Psicologia ancora seus argumentos, produzindo ideias a respeito do tema em questão e colaborando para o surgimento de indivíduos autônomos, que sejam capazes de perceber as inferências externas no tocante à sua liberdade e assim, dar passos em direção ao que se chama liberdade. Partindo de tais elucubrações, o presente artigo objetiva analisar o tema da liberdade em relação com a construção do cotidiano dos indivíduos. A teoria que servirá de pano de fundo para o trabalho será o tema do panóptico apresentado por Michel Foucault na obra *Vigiar e Punir*, no qual o indivíduo é visto sem ver e aquele que vigia, pode ver tudo sem ser visto. De acordo com o pensamento foucaultiano, procurar-se-á discutir sobre a construção da liberdade na sociedade atual e, para tanto, serão

analisados diversos autores de áreas diferentes

2 O PANOPTISMO SOCIAL E AS AMARRAS AOS INDIVÍDUOS

Quando se analisa a organização social identifica-se que um dos seus grandes objetivos se refere à busca de controle sobre grupos e indivíduos. O que está em jogo é a busca da segurança o que coaduna com a imagem do panóptico. Uma construção erigida com a finalidade de manter os prisioneiros sob total vigilância sendo que esta se dava mais no plano simbólico do que no plano real. É, justamente, esse princípio do simbolismo nas relações de poder na sociedade, que Michel Foucault tenta apresentar em suas elucubrações a respeito das relações entre poder e sociedade. Segundo Foucault, o panóptico assume duas funções básicas e, por isso mesmo é funcional para a organização do escopo social. Para o autor, este “dispositivo [é] importante, pois automatiza e desindividualiza o poder.”(2001, p. 67) o que cumpre a finalidade de aumentar os efeitos da justiça tornando o poder “mais regular, mais eficaz, mais constante e mais bem detalhado em seus efeitos”(idem, p.69), e assim, “aumentando os seus efeitos diminuindo o custo econômico [...] e seu custo político.”(ibidem, 2001, p.69). Transpondo a ideia do panóptico para o campo social pode-se perguntar até que ponto a vigilância é necessária para que o cotidiano do indivíduo seja construído de modo a se integrar nos objetivos da sociedade, criar coesão e obrigar os sujeitos a se adequarem de forma aparentemente livre às estruturas de poder da mesma. Tais questões só podem ser respondidas quando o sujeito pesquisador debruça-se mais acuradamente sobre as ideias de poder de Michel Foucault.

Toda a discussão social da atualidade a respeito dos padrões morais e dos limites que devem ser impostos ao homem pode encontrar sua matriz nos diferentes mecanismos de poder que são desenvolvidos e sustentados, os quais exercem a função de manter a ordem e a coesão social. Nessa esteira de pensamento, Michel Foucault, na obra *Vigiar e Punir* apresenta a ideia de “corpos dóceis” para significar toda forma com que a sociedade constrói mecanismos de submissão de sujeitos para garantir que a ordem que se quer mantida, seja defendida. Segundo o autor,

O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e celular, mas também natural e orgânica. (FOUCAULT, 1987, p. 141).

A “sociedade disciplinar” é a única forma de se garantir que os padrões que se quer defendidos sejam mantidos. Isso é útil ao capitalismo e todas as instituições sociais interagem no sentido de promovê-la. Para Foucault, em uma de suas entrevistas, a sociedade constrói seus mecanismos de disciplina a partir da lógica de poder que estabelece verdades as quais são assumidas por todos os segmentos. Há segundo ele, a instauração de um “Regime de Verdade” que serve ao intuito de promover e desenvolver o “tipo de ordem” desejado pelo escopo social. Para este teórico, deve-se

Por “verdade”, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados.

A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regimes” da verdade.”(FOUCAULT, 1979,p.14)

Esses ditos “Regimes” estão profundamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo. Nessa perspectiva, tudo o que é desenvolvido na ótica das relações grupais e que pretendem manter o domínio sobre o homem enquanto indivíduo serve para estruturar uma ordem econômica e política e dar bases de sustentação a esta. Dito isso, não se pode, sob o risco de incorrer em equívocos fatais do ponto de vista teórico, prescindir das obviedades dos sistemas produzidos e de suas exigências, quando se quer analisar os discursos de poder que se reproduzem dentre os sujeitos entre si. Somente no social é que se encontram as respostas para as questões que são colocadas para os sujeitos. A natureza, embora requisitada no plano dos discursos para sedimentar certas ideologias veiculadas, não pode ser responsabilizada pelas inferências que se fazem ao agir e devir humanos. Tudo o que se exige, atribui e determina tem um fundamento nessa lógica de poder que mantém a sociedade disciplinar, seu discurso e seus objetivos.

Esse poder se manifesta de diversas maneiras ao longo da história e nas diferentes instituições, contudo, faz-se importante destacar que tal discurso atinge o indivíduo em suas mais variadas dimensões. Numa análise histórica a respeito dessa questão, Michel Foucault analisa a ideia de “escrita de si”, a partir dos mecanismos de confissão dos pecados, como uma prática onde as pessoas procuravam se purificar de seus “males” e ficarem purificadas diante do “regime de verdade” estabelecido. Nesse contexto, o sexo aparece como aquilo que deve ser mantido em segredo, punido em suas transgressões, proibido.

A confissão, o exame de consciência, toda uma insistência sobre os segredos e a importância da carne não foram somente um meio de proibir o sexo ou de afastá-lo o mais possível da consciência; foi uma forma de colocar a sexualidade no centro da existência e de ligar a salvação ao domínio de seus movimentos obscuros. O sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso. (FOUCAULT, 1978, p. 127).

Por meio de tais mecanismos instituídos, estabelecidos e defendidos por todo o aparato ideológico, é que se pode falar em “sociedade disciplinar”, “Regime de Verdade” e “produção de diferenças”. Dessa forma, entende-se que, aquilo que percebemos como disfuncional do ponto de vista da moral e da práxis no escopo social é apenas uma manifestação visível do aparato ideológico que nos faz pensar de tal modo, identificar a veracidade e utilidade das coisas e rejeitar aquelas que não se enquadram em nossos padrões, os quais são funcionais de acordo com o interesse dos aparelhos a que estamos submetidos.

Ainda na esteira Foucaultiana, podemos discorrer a respeito da construção da subjetividade, o que também é decorrente das estruturas societárias e que corrobora com a discussão premente. Para o autor, há a necessidade de se analisar o modo como “os seres humanos tornam-se sujeitos” (FOUCAULT, apud RABINOW & DREYFUS, 1995, p. 231). A isso, chama-se processo de subjetivação, o que ocorre a partir de mecanismos que são constructos sociais. Segundo ele:

Na Antiguidade, esta elaboração do si e sua conseqüente austeridade não é imposta ao indivíduo pela lei civil ou pela obrigação religiosa; trata-se, ao contrário, de uma escolha feita pelo indivíduo para a sua própria existência. As pessoas decidem por si mesmas se cuidam ou não de si [...] Agiam, antes, de modo a conferir a suas vidas certos valores (reproduzir exemplos, deixar uma alta reputação para a prosperidade, dar o máximo possível de brilhantismo às suas vidas). Era uma questão de fazer da vida um objeto para uma espécie de saber, uma técnica, uma arte. (FOUCAULT, apud RABINOW & DREYFUS, 1995, p.270).

Para Mansano (2009), no decorrer da história, esses mecanismos, ditos de subjetivação, irão sofrer as mais variadas transformações. Será esta, justamente, a busca teórica de Foucault, entender o modo como esses mecanismos se transformam, a lógica que seguem nessa dialética e os novos padrões de subjetividades que emergem a partir das inferências sociais. Para Michel Foucault, as lutas políticas do nosso tempo incidem

(. . .) contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). (FOUCAULT, apud, DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 235)

Entender a forma como os mecanismos de subjetivação atuam é fundamental para a compreensão da totalidade e da lógica das relações que são estabelecidas. A visão de mundo, de homem e os papéis definidos para os sujeitos em suas interações são enviesados de acordo com o pensamento ideológico que estão nas suas matizes. É a partir de tais premissas que se pode compreender o discurso de produção das diferenças, as dificuldades que muitos confessam sentir para conviver com o diferente, as normas de preconceito e segregação que são estabelecidas no contato entre as pessoas diante do cenário montado nas teias das relações. Dessa forma, não se pode prescindir da análise do discurso quando se quer construir novos cenários de interação e convivência harmoniosa, contemplando as diferentes formas de ser e agir no escopo social.

Karl Marx, sociólogo do primeiro quartel do século XIX, criador do materialismo histórico-dialético critica a ideia da dominação capitalística sobre os indivíduos apresentando conceitos como exploração, mais-valia, alienação, luta de classes e outros. Dentre os mesmos, é importante destacar o conceito de superestrutura de Marx, através do qual se identifica aquela esfera em que se encontram os elementos constitutivos da ideologia presente em dada sociedade, ou seja, a cultura, a religião, a educação, a política, a justiça etc. Para Karl Marx todos esses elementos subordinam-se, de alguma forma, à base econômica, aos interesses econômicos inerentes à classe dominante da sociedade. Nesse aspecto, percebe-se que os valores que regem o fazer cotidiano dos indivíduos em dado momento histórico, são factíveis de crítica e rejeição uma vez que estão alinhados aos interesses materiais da mesma sociedade. A força social, para o sociólogo, não está na coesão ou na aceitação passiva de valores produzidos anteriormente. O cotidiano marxista implica luta pela transformação da superestrutura por meio da tomada da consciência de classe, da luta

consciente pelos direitos, da vitória sobre a alienação que impede o sujeito de ser livre. Marx vê nas forças sociais promotoras de cultura e de poder, mecanismos de sustentação de uma sociedade que priva o sujeito da sua liberdade de ser gente e assim, impedido de viver da forma como decidiu, estando imerso em mecanismos produzidos pelo Estado. Dito isso, percebe-se que a crítica do materialismo histórico dirige-se diretamente à ideia apresentada por Foucault quando afirma que a prisão tem um sentido de “reconstrução do *Homus Economicus*” quando se configura em “um lugar para as transformações individuais que devolverão ao Estado os indivíduos que este perdera.”(2001:101). Foucault afirma que o indivíduo serve para produzir, é aí que ele constrói seu cotidiano. Marx vê nessa postura, uma conduta alienante que priva o sujeito de encontrar-se em sua subjetividade, sendo reduzido à mera máquina que produz.

Para Jean-Paul Sartre o homem é condenado à liberdade. “Liberdade que é uma característica constitutiva do ser humano, visto que é na ação que ele concretiza o seu projeto, ou seja, o homem está “condenado” ontologicamente a ser livre e responsável.”(2005:1) Embora existam tentativas de privar o indivíduo dessa capacidade de escolher por si mesmo, o filósofo reconhece que somente a própria pessoa pode encontrar o caminho da existência numa direção que vai do reconhecimento do próprio nada à liberdade, que é o contato com o ser-em-si. A liberdade seria “marcada por esta existência do nada” a partir do qual o sujeito possa andar do ser-para-si, constituído pelo pensamento social a respeito do sujeito, absorvido por este, ao longo da existência, para o ser-em-si, que nada mais é do que o ser do objeto, não definido pela consciência engendrada pela sociedade. A classificação dos delitos, os códigos de práticas ilícitas e os mecanismos de punição, apresentados por Foucault em sua história das prisões, são contrapostos por Sartre quando diz que o sujeito precisa sair do espiral social que o priva do direito de decidir por si mesmo a fim de que, possa encontrar sua essência, uma vez que defende que “a existência precede a essência.”(ARANHA, 1993:306).

Neste contexto, faz-se mister destacar a contribuição de Freud e o seu Mal Estar na Civilização. Segundo o autor “a civilização [...] é a responsabilidade pela desgraça da humanidade; se não fôssemos civilizados seríamos primários, viveríamos sob o princípio do prazer e aí seríamos felizes”.(HADAD, 2008) Foucault apresenta a ideia de que a infração lança o sujeito contra o corpo social por isso, ela pode se levantar a fim de puni-lo. Freud diz que o sujeito, é “castrado” por esse corpo social e assim, fica privado da liberdade de vivenciar o prazer, vivendo sob aquilo que chama de mal estar. Se o sujeito busca o prazer, ele será punido, por isso, ele se priva. Nesse sentido a religião, a família e outras instituições assumem essa função castradora sobre o sujeito provocando desordem psíquica e outros problemas individuais e sociais. No entanto, há de se entender que, os ditos “regimes de verdade” são construções sociais assimiladas pelos indivíduos os quais, dão sua anuência e aceitação. É no âmbito das relações que o poder é construído, aceitado e assumido. E tal poder estrutura o nosso modo de ser e viver no mundo, a nossa consciência.

3 AS RELAÇÕES DE PODER NA ESTRUTURAÇÃO DO COTIDIANO DO SUJEITO E DA SOCIEDADE

Para Pierre Bordieu, as “regras, rotinas, rituais são práticas sociais, expressão de habitus. A prática existe através da ação repetida e habitual.”(EMILIANI,2009:79). Esse teórico francês das décadas de 60 e 70 demonstra que as práticas e representações são geradas pelo habitus, sem necessariamente serem produtos de obediência a regras ou ações intencionais. As estruturas mentais e ambientais, para o teórico, são os ancoradouros das práticas sociais. O indivíduo passa a agir de determinada forma pelo simples fato de que há toda uma estrutura mental e cultural para que seja assim, o que corrobora o pensamento foucaultiano quando demonstra que, a partir da visão que se tem sobre o indivíduo é que a sociedade pune. Dito de outra forma, tem-se que a punição acontece visando o que se espera do indivíduo no futuro. Ou seja, tudo o que a sociedade faz, traz subjacente essa visão sobre a pessoa, o que se espera dela, o que se pretende que ela seja. O sujeito, que não aceita passivamente o que é transmitido pela cultura, mas, começa a questionar e fugir das regras torna-se, dessa forma, passível de punição, uma vez que é perigoso para o ordenamento social. Isso fica claro quando se analisa as instituições como igrejas, instituições de ensino e o próprio sistema penal demonstrando visivelmente que, sem os mecanismos de vigilância e punição social, o que aqui é chamado de panoptismo social, não há como construir a coesão dessa mesma sociedade. Quando Marx concebe o termo superestrutura, não pretende apenas tecer críticas ao ordenamento capitalístico mas sim, busca fazer uma constatação de que, a ordem social promovida pela lógica do capital só é passível de estruturação quando se considera as estruturas cognitivas construídas com o objetivo de dar sustentação às mesmas. Nesse contexto é que se percebe a ideologia como os veículos pelos quais os valores de dada sociedade ou grupo são transmitidos, assimilados e passam a estruturar o *modus vivendi* dos indivíduos.

O termo coesão social foi cunhado e definido por Émile Durkheim, o qual abordou o tema a partir do conceito de fato

social que, segundo ele, assume as funções de exterioridade, coercitividade e generalidade. Para Durkheim, “os fenômenos sociais devem ser tratados como coisas”. (LAKATOS,1996:67-8) Além disso, ele demonstra que tais fenômenos “são interdependentes. As transformações que se produzem no meio social [...] repercutem em todas as direções do organismo social.”(idem, 1996, p. 68) Portanto, é preciso que a sociedade esteja coesa, a fim de que, se consigam alcançar os objetivos, por isso, ele analisa as relações sociais a partir das ideias de solidariedade mecânica e orgânica, as quais estruturam a forma de ser e de viver no corpo social. Aqui percebe-se uma profunda ligação com o que Foucault fala a respeito das regras sociais que são constituídas a partir do cotidiano das pessoas, onde se insere o senso comum que é o grande ordenador social uma vez que estabelece normas que todos os sujeitos tendem a cumprir a fim de, serem aceitados no grupo social. Foucault, na obra *Vigiar e Punir*, postula a respeito da hierarquia, sanção e exame que constituem os instrumentos de vigilância e punição da sociedade.

4 – A PSICOLOGIA NUM CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO DO PODER

Partindo da ideia de superestrutura que define comportamentos e cria regras para que pessoas e grupos possam se pautar de acordo com as regras mercadológicas ditadas pela sociedade do capital e dos conceitos sobre coesão social, definidos por Durkheim como os únicos capazes de manter os interesses dos grupos definidos e preservar as diversas identidades, é importante refletir, a partir de agora, a respeito da cotidianidade como elemento estruturante dos sujeitos. Segundo Alfred Schütz é possível perceber que o cotidiano é estruturante do indivíduo e toda alteração no mesmo, implica em dificuldades para o mesmo, por isso, a importância das regras sociais, das normatizações e da vigilância a respeito das mesmas. Para Schütz, o cotidiano é uma realidade dada por certa, uma vez que o indivíduo crê ser verdadeiro o conhecimento sobre as coisas com as quais mantém contato. Essa realidade tem a característica de ser não reflexiva, isto é, algo que é aceito por todos, sem a necessidade de contestação ou provas, e anônimo, “derivando do fato de ser óbvia, banal, autoevidente”(EMILIANI, 2009:68). Este cotidiano, deve seguir regras que são encontradas a partir do senso comum as quais não precisam ser compreendidas pelo sujeito ou mesmo, praticadas com plena consciência das mesmas. É algo que todo mundo faz, mas, que não se tem a preocupação de saber o “por que” se faz, o que se relaciona com o panóptico de Foucault. Pensar sobre o cotidiano e sua função na vida das pessoas e grupos faz emergir algumas questões a respeito do processo de individualização e de singularização uma vez em que se percebe o fato de que, a força das vivências cotidianas dificultam a emergência das vontades individuais e das experiências singulares dos sujeitos pelo fato de serem decorrentes do *sensus* grupal o qual, na maioria das vezes, é engendrado pelos valores externos ao sujeito mas que, o norteiam na esfera social. Nesse sentido, faz-se mister apresentar a reflexão empreendida por Felix Guattari a respeito dos processos de singularização. Em um dos seus livros, postula:

O que chamo de processos de singularização é algo que frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registro particular, independentemente das escalas de valor que nos cercam e espreitam por todos os lados. (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 47).

Mansano, ao analisar esse pensamento de Guattari, fala que:

A matéria prima que compõe as subjetividades são variáveis e historicamente localizadas. Há todo um empreendimento que busca nos convencer dos perigos presentes nas tentativas de romper com os valores capitalistas de referência, como se eles garantissem algum tipo de segurança ou ordem. A recusa, assinalada por Guattari, envolve uma aproximação da dimensão desejante da vida, para que, conectados a ela, possamos inventar novas maneiras de experimentar e perceber os encontros. (2009, p.112)

O rompimento com as determinantes sociais que estruturam o ser e o agir dos indivíduos e dos grupos em dada sociedade é, de acordo com as obras citadas, algo muito difícil de ser realizado uma vez que, todos somos seres sociais que dependem do olhar do outro para sobreviver. Em tudo o que fazemos, sempre consideramos as impressões das outras pessoas sobre nós e nossos atos. Dessa forma, romper com tais determinantes é tarefa árdua pois, tememos o abandono, a repressão, a punição e assim, como postulado por Freud, vamos desenvolvendo um sentimento de “mal estar” que é decorrente do nosso ser e agir no escopo social. Nesse contexto, se insere a reflexão a respeito dos Instrumentos de Avaliação Psicológica os quais podem ser usados para tipificar sujeitos, estereotipar relações, rotular as pessoas, sendo que, sua principal função é a de ajudar as pessoas a se conhecerem melhor, avaliar as funções dos indivíduos e colaborar com o crescimento do ser humano em sua integralidade.

Segundo Pasquali “A avaliação [psicológica] visa, através dos mais variados métodos e técnicas, descrever e classificar o comportamento dos outros com o objetivo de enquadrá-lo dentro de alguma tipologia” e continua “que permite ao sujeito tirar conclusões sobre os outros e, assim, saber como ele mesmo deve se comportar e agir em relação a esses outros.”(2001,pp.13-4). Isso relaciona-se frontalmente com o postulado de Foucault sobre a observação do cotidiano das pessoas que vai promovendo a distinção de pessoas no agrupamento social. É preciso conhecer, vigiar, punir e ordenar o sujeito e suas relações, para que a sociedade possa progredir e produzir os resultados esperados pela civilização. O conhecimento é gerador de poder e, nesse contexto, é incontestável a importância dos instrumentos de avaliação psicológica. Contudo, existem outras facetas que podem ser percebidas num contexto de avaliação psicológica e dos seus instrumentais. Conhecer o indivíduo, suas dificuldades e potencialidades é uma forma positiva de se posicionar diante das realidades do ser humano e assim, agir em direção à construção de seu integral desenvolvimento.

Segundo Cunha:

O psicodiagnóstico é um processo científico limitado no tempo, que utiliza técnicas e testes psicológicos (input), em nível individual ou não, seja para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos ou para clarificar o caso e prever seu curso possível, comunicando os resultados (output).(1993, p.5)

Os Instrumentos de Avaliação Psicológica, nesse contexto, quando bem empregados, podem ser muito úteis para identificar as habilidades e debilidades dos sujeitos e assim, possibilitar a construção de novas realidades a partir das decisões que se toma, as quais são decorrentes da análise dos resultados, inferidos pelo processo de avaliação realizado. O sujeito avaliado, em contato com os resultados da avaliação, terá a possibilidade de ressignificar algumas realidades e assim, prover o seu próprio crescimento pessoal. Em relação ao que vem sendo discutido no presente trabalho, conhecer certas realidades do sujeito que só são clarificadas por meio da avaliação psicológica, é fundamental quando se procura fugir das determinantes comportamentais, buscando novos patamares e novas construções de “verdade” para si e para o meio em que se vive.

5. CONSIDERAÇÕES

É certo que a sociedade precisa de regras e que o cotidiano é estruturante para o sujeito. Se houverem alterações no mesmo, o indivíduo se desequilibra. É notável também que a força de uma sociedade deriva da coesão que o povo dessa mesma sociedade demonstra em suas relações, porém, não se pode prescindir da liberdade individual quando se pretende construir a referida coesão e crescimento do corpo social. O cotidiano, embora exija uma regularidade, também carece de liberdade do sujeito para que seja construído de forma sadia e equilibrada. Nesse sentido, os instrumentos de avaliação psicológica devem sinalizar para as pessoas as suas amarras para que possam se perceber como “condenadas à liberdade” e assim, dar passos rumo à construção do próprio eu, sem prescindir da organização social, mas, ao mesmo tempo, cuidando para não ficar preso em suas tramas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofando: introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.

CUNHA, J. A. et.al. **Psicodiagnóstico V**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993

EMILIANI, Francesca. **A realidade das pequenas coisas: a psicologia do cotidiano**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 20ª ed. - Petrópolis:Vozes, 2001.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Não ao sexo rei. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 1987.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996

HADAD, Valter Guerra. **Reflexões sobre o mal estar na civilização**. Disponível em: <http://www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/item.php?itemid=1002>

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 1990.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade**. São Paulo: Revista de Psicologia da UNESP, 8(2). 2009. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/139/172>. Acesso em 26/10/2012.

NORBERTO, Marcelo. **Consciência em Sartre**. Rio de Janeiro: PUC-Rio – Departamento de Filosofia, 2006. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2007/resumos/FIL/marcelo_norberto.pdf

PASQUALI, Luiz (org.). **Técnicas de Exame Psicológico – TEP: manual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

PÓVOAS, Jorge Freire. **A má-fé na analítica existencial sartreana**. Salvador: UFBA -Departamento de Filosofia, 2005. (Dissertação de Mestrado)

RABINOW, P. & DREYFUS, H. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

[1] Especialista em Metodologia do Ensino da História e da Geografia, licenciado em História pela Universidade de Uberaba, Bacharel em Psicologia pela Faculdade AGES, professor do Ensino Fundamental no município de Paripiranga/BA. edsonpsique@yahoo.com.br

[1] Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Inglesa, licenciada em Letras pela Faculdade AGES, Acadêmica de Direito pela mesma Instituição, professora da Rede Pública no Estado da Bahia. dilapa@bol.com.br

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 08/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: